

À  
**COHAPAR**  
**COMPANHIA HABITACIONAL DO PARANÁ**

**CHAMAMENTO PÚBLICO 34/2023**

**IMPÉRIO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ: 08.093.301/0001-19, com sede a Rua Hayato Nakamura 534 - Jardim Alvorada na cidade de Paranavaí Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. **JOAO ANTONIO PERES MENDES**, vem mui respeitosamente, perante esta Comissão Permanente de Licitação da Cohapar, Estado do Paraná **expor o que segue:**

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO 34/2023**

Conforme dados baixo qualificados.

**I- DOS FATOS.**

**A Lei 8.666/93 prevê no § 2º de seu Art. 41**

**ART.41** A Administração não pode descumprir  
às normas e condições do edital, ao qual se  
acha estritamente vinculada.

(...)

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos  
do edital de licitação perante a administração  
licitante que não o fizer até o segundo dia  
útil que anteceder a abertura dos envelopes  
de habilitação em concorrência,

dos envelopes com as propostas em convite

Tomada de Preços, ou concurso, ou a realização

Ou Irregularidades de leilões, as falhas ou que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de curso.

Assim com amparo nesses dispositivos normativos, aponta-se a ilegalidade do requisito habilitatório constante no item **9.4.3.6. do processo Licitatório Tomada de Preço 03/2023.**

(...)

### **3.0 QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

#### **3.2 Apresentar Certificado de Conformidade PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat) Nível "A".**

Conforme se depreende da previsão editalícia, exige-se para a habilitação da licitante no TP em questão, a apresentação de "Apresentar Certificado de Conformidade **PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat) Nível "A".**

Ocorre que o procedimento licitatório deve ser processado em fiel atenção ao princípio da legalidade e com base em clássica lição de Hely Lopes Meirelles:

"Na administração pública não há liberdade nem vontade pessoal.

Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a Lei não proíbe, na administração pública só é permitido fazer o que a Lei autoriza. A Lei para o particular significa pode fazer sim; para o administrador público significa deve fazer assim".

Assim não deve perder de vista que a Lei 8.666/93 elenca os requisitos de habilitação a administração poderá exigir ao elaborar o edital.

Inclusive a Lei 8.666/93 previu de forma exaustiva e fechada o rol de exigências pode ser demandado dos licitantes para o fim de demonstrar sua habilitação.

Isso significa dizer que os fins estabelecidos para a habilitação, qual seja a possibilitar que os particulares demonstrem possuir capacidade e a idoneidade mínima necessária para bem executar o objeto da licitação, serão cumpridos por meio da demonstração das exigências estabelecidas no edital, as quais, por sua vez devem ser escolhidas a partir do conjunto legalmente previsto para tal fim, contido nos Artigos 27 a 31 da referida Lei nº8.666/93.

Sobre o caráter taxativo das exigências legais para a habilitação, Marçal Justen Filho comenta:

"O Art. 27 efetivou a classificação dos requisitos de habilitação. As espécies constituem números *clausulus* e são: habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica, econômica financeira e a comprovação do trabalho de menores

(...)

O elenco do Artigo 28 a 31 deve ser reputado como máximo e não mínimo.

Ou seja, não há imposição a que a administração, em cada licitação, exija a comprovação integral quanto a cada um dos itens contemplados nos referidos dispositivos. O edital não poderá exigir mais do que ali previsto, mas poderá demandar menos"

Esse também é o entendimento do Tribunal de Conta da União há longa data, como se verifica a partir da conclusão firmada na Decisão nº523/1997, Plenário:

"A Administração Pública, para fins de habilitação deve se ater ao rol dos documentos constantes dos **Art. 2 de 28 a 31**, não sendo lícito exigir outro documento ali não elencado".

Em igual sentido já decidiu o Tribunal de Contas do Estado no Processo TC nº001772/010/04, ao firmar conclusão de que "para habilitação nas licitações somente podem ser formuladas as exigências expressamente previstas nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/93, que sendo taxativas deve ser interpretada restritivamente.

As limitações para a habilitação não podem ser ampliadas, como, aliás, evidencia a retirada preocupação da Lei (Exclusivamente, Art. 27, Caput; "consistira" artigos 28, caput; "limitar – se a", Art. 30 caput) ".

O Tribunal de Contas do Estado possui entendimento simulado confirmado à ilegalidade de se exigir, como requisito para habilitação, a apresentação de **PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat) Nível "A"**:

"Em procedimento licitatório, é vedada exigência de **PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat) Nível "A" como documento de habilitação**".

A exigência do certificado do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade de Habitat PBQP-H, na fase de Habilitação, é efetivamente uma irregularidade apontada pelo Tribunal de Contas da União.

A razão de ilegalidade da exigência seria seu caráter restritivo à ampla competitividade do certame, o que feriria o princípio licitatório da isonomia. E tal restrição, segundo o Tribunal de Contas da União, se dá pelo fato de que, a exemplo do que ocorre com a certificação "ISO"1, a empresa deveria arcar com custos perante uma entidade que não é pública, para obter o referido certificado, ficando em desvantagem em relação às demais.

Como se vê a exigência de " **PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat) Nível "A"** " não se encontra no rol de exigência definido nos Art. 27 a 31, da Lei nº 8.666/93, No caso exigência para aferição da qualificação técnicas das licitantes se limitação aquelas descritas no Art. 30 da Lei nº 8.666/93:

#### **Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993**

Regulamenta o art. 37, inciso X X I, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Publica e da outras providencias.

**Art.30** A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I – registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características

quantidades e prazos com o objeto da licitação indicação objeto da licitação, indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

**III** - comprovação, fornecida pelo órgão licitante de que recebeu os documentos, e quando exigido de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**IV** - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

**§ 1º** A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

**I** – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente, reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitada esta exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação vedado as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximo (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

**II** - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994).

**a)** (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994).

**b)** (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994).

**STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA BRASIL**

**Não se pode exigir o Certificado Brasileiro de Qualidade e Produtividade de Habitat – PBQPH como requisito de habilitação em processo licitatório:**

Auditoria realizada na Secretaria Executiva do Ministério das Cidades – (MICI), na Caixa Econômica Federal – (CEF), na Secretaria de Obras do Distrito Federal e na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Nova cap, teve como objetivo analisar a aplicação de recursos federais nas obras de construção de 429 unidades habitacionais unifamiliares em Brasília/DF, vinculadas ao Contrato de Repasse n. 227.245-44/2007, firmado entre a União e o Governo do Distrito Federal, com a finalidade de transferência de recursos financeiros para a urbanização da Vila Dnocs, em Sobradinho/DF. Dentre as potenciais irregularidades apontadas pela equipe de auditoria, constou a exigência de “Certificado do Nível A emitido pelo Governo do DF – Edificações” (com certificação de qualidade PBQP-H) no edital da Concorrência 60/2008, realizada pela Nova cap. A esse respeito, os responsáveis pela irregularidade invocaram o artigo 9º do Decreto Distrital n. 21.681/2000, segundo o qual “*as administrações direta e indireta do Distrito Federal, que assinarem o Termo de Adesão, inserirão em suas licitações de obras, projetos e serviços de engenharia exigências relativas à demonstração da qualidade de produtos e serviços,*



*conforme os critérios nacionais do **PBQP-H**". Todavia, o relator entendeu não haver respaldo legal para tanto, pois, apesar da existência do normativo distrital informado, "não se pode olvidar que a Constituição Federal atribuiu à União a competência privativa para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação e, nesse sentido, não pode uma norma distrital estabelecer condições conflitantes com a **Lei Federal**". Nesse quadro, enfatizou ser firme a jurisprudência do **TCU** "quanto à ilegalidade da exigência de apresentação de certificação de qualidade como requisito de habilitação em procedimentos licitatórios, aceitando apenas a possibilidade da sua previsão no edital como critério de pontuação técnica".*

Por conseguinte, propôs, e o Plenário anuiu, que fosse expedida determinação ao Governo do Distrito Federal para que, em licitações futuras, não incluía exigência de apresentação de Certificado Brasileiro de Qualidade e Produtividade de Habitat – PBQPH como critério de habilitação, sob pena de aplicação da multa. Precedente citado: Acórdão nº 1.107/2006 –

Plenário. **Acórdão nº 492/2011-Plenário, TC-000.282/2010-3, rel. Min-Subst. Marcos Bem querer Costa, 23/02/2011**

#### **ENUNCIADO**

**A inclusão, nos editais de licitação, de exigência de certificado emitido por certificadora específica frustra o caráter competitivo do certame e caracteriza afronta ao art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 e ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.**

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, a seguinte;

44.99182.0363  
44.99143.7202

Rua Hayato Nakamura 534 | Jardim Alvorada  
CEP87707-180 Paranavaí - PR

( Redação dada pela Emenda Constitucional nº  
de 1998).

**XXI** - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

Segundo a mesma linha o **Tribunal de Contas da União** Citado a Título de referência, se houver por bem "alterar a apresentada no sentido de abster de incluir, nos editais de licitação ou credenciamento, exigências de participação técnica comprometedoras, restritivas ou frustrantes do caráter competitivo do certame, que estabeleçam preferências ou distinções em relação aos interessados.

Como visto, a exigência do atestado de PBQP-H não encontra amparo nas disposições dos art. 27 e 30 da Lei n. 8.666/1993 que tratam da documentação necessária à qualificação técnica para habilitação dos licitantes.

#### **DO MANDADO DE SEGURANÇA:**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

...

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por;

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

**Lei 12.016/09**



Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

§ 1º Equiparam-se às autoridades, para os efeitos desta Lei, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.

§ 2º Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público. (Vide ADIN 4296)

§ 3º Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.

Art. 2º Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada.

Art. 3º O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.

Parágrafo único. O exercício do direito previsto no caput deste artigo submete-se ao prazo fixado no art. 23 desta Lei, contado da notificação.

Art. 4º Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.

§ 1º Poderá o juiz, em caso de urgência, notificar a autoridade por telegrama, radiograma ou outro meio que assegure a autenticidade do documento e a imediata ciência pela autoridade.

§ 2º O texto original da petição deverá ser apresentado nos 5 (cinco) dias úteis seguintes.

§ 3º Para os fins deste artigo, em se tratando de documento eletrônico, serão observadas as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 5º Não se concederá mandado de segurança quando se tratar:

I - de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução;

II - de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo;

III - de decisão judicial transitada em julgado

Diante do Exposto, vimos por meio deste solicitar que se retire do referido edital o **Certificado de Conformidade PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat) Nível "A"**, tendo em vista que o mesmo fere rigorosamente o Art. 30 da Lei 8.666/93 bem como os princípios da igualdade e da livre concorrência, assim como determina o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas da União.

Nestes Termos  
Que Pede Deferimento  
Paranavaí, 16 de janeiro de 2024

---

IMPÉRIO CONSTRUTORA & EMPREENDIMENTO LTDA  
CNPJ: 08.093.301/0001-19

JOAO ANTONIO PERES MENDES  
**DIRETOR**  
Paranavaí - PR.  
e-mail – [imperioconstrutora05@gmail.com](mailto:imperioconstrutora05@gmail.com)  
Fone cel. (44) 991437202 e 44-991820363

THALIA VICTORIA GOMES MENDES FORTUNATO PINTO  
OAB/SP nº 492.528

「08093301/0001-19」  
IMPÉRIO CONSTRUTORA E  
EMPREENDIMENTOS LTDA.  
RUA HAYATO NAKAMURA, 534  
JARDIM ALVORADA - CEP 87707-180  
PARANAVAÍ - PR  
L ┘